

PORTUGAL E A GRANDE GUERRA

O CEP E A BATALHA DE LA LYS

Luís Alves de Fraga*

Em 9 de Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal. Foi uma consequência da requisição forçada de setenta navios alemães feita pelo Governo português a pedido da Grã-Bretanha, ao abrigo da aliança existente entre os dois Estados.

Para Portugal, terceira República numa Europa monárquica, tornava-se imperiosa a beligerância para garantir o lugar na conferência da paz, que se seguiria à derrota dos impérios centrais. Em jogo estavam razões de ordem interna e externa. No plano interno, esperava-se uma acalmia política e social devido à necessidade de ter de haver a conjugação de esforços para alcançar a unidade nacional; esperava-se, também, um desenvolvimento económico acrescentado por ampliação da exportação de certos produtos de que careciam os países em guerra. No plano externo, queria defender-se a integridade da soberania face a desejos hegemónicos mal disfarçados da Espanha e salvaguardar a posse das colónias africanas, cobiçadas por várias potências europeias, afirmando, também, a República no contexto internacional, ao mesmo tempo que, por força das negociações diplomáticas havidas nos últimos tempos, se procurava evidenciar o corte da dependência política da Grã-Bretanha.

Não foi fácil conseguir a beligerância, quer por desacordo entre as forças políticas representativas da opinião pública interna quer por o *Foreign Office* criar toda a gama de obstáculos à entrada de Portugal no conflito. Só a partir da revolução de 14 de Maio de 1915, que derrubou o Governo do general Pimenta de Castro — primeira tentativa de ditadura depois de proclamada a República — se reuniram as condições mínimas necessárias para alterar a conjuntura interna e permitir a manobra diplomática rumo ao objectivo desejado pelo partido Democrático — grande impulsionador da mudança do estatuto português.

Depois do corte de relações entre a Alemanha e Portugal iniciaram-se os preparativos para fazer seguir para França uma força militar de dimensões nunca inferiores a uma Divisão (cerca de 20.000 homens). Tudo começou pela mobilização.

* Coronel da Força Aérea. Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa.

A maior falta sentida de imediato foi a de pessoal de saúde, em particular médicos. O quadro permanente dava para cobrir as necessidades em tempo de paz. Foram recrutados inúmeros clínicos, incluindo, até, aqueles que se haviam formado no estrangeiro e não estavam reconhecidos como tal no país. Os alunos dos primeiros anos do curso de medicina foram mobilizados como enfermeiros. Faltavam, também, veterinários para tratar do gado que se usava tanto para ser montado como para puxar os diferentes tipos de transportes militares; foi grande a convocação destes médicos para o serviço nas fileiras. Engenheiros também faltavam e foram mobilizados, embora em menor número.

Uma grande unidade do Exército, fosse ela qual fosse — Divisão ou Corpo de Exército — carecia de grande número de graduados intermédios: cabos e sargentos. Ora, para manter em funcionamento os quartéis em Portugal em condições de darem instrução a novos recrutas, não se poderiam desfaltar dos graduados que os guarneciam. Assim, foi necessário ampliar, com medidas extraordinárias, o número de sargentos e de cabos. Estes últimos, com boas informações e sem punições disciplinares, foram convidados a frequentar cursos acelerados de promoção a sargento e todas as praças habilitadas com a instrução primária — é conveniente recordar que 75% da população portuguesa era analfabeta — fizeram cursos de promoção a cabo.

Esta azáfama foi acontecendo logo no mês de Março de 1916 de tal modo que em Junho os quadros estavam, na prática, completos e preparados para, sem sobressaltos na rotina das unidades, receber os milhares de mobilizados que iriam formar a *Divisão de Instrução*.

Com efeito, foi esta a designação dada àquela grande unidade que iria ser o centro de concentração e de instrução das forças destinadas a seguir para França. Depois de se terem colocado várias hipóteses sobre a escolha do local onde instalá-la, optou-se pelo já existente polígono militar de Tancos.

Em Portugal tinha-se pouca experiência de grandes concentrações de tropas — até então, depois das guerras napoleónicas, as maiores manobras militares que se fizeram não excederam os 5.000 homens. Havia que treinar a gestão de uma grande unidade com aproximadamente 20.000 militares, porque tudo é diferente quando tal acontece. Tem de se estruturar desde o serviço de correspondência entre unidades e entre estas e os correios civis até à montagem dos hospitais de campanha, passando pelos serviços de lavandaria, banhos, saneamento, instalação de paióis para munições, aprovisionamento de géneros alimentícios e localização dos respectivos depósitos,

cozinhas, pontos de abastecimento de água, enfim, uma infinidade de coisas de pequena e grande monta que estabelecem a diferença entre uma horda e uma força militar. Nada pode ficar entregue ao acaso; só experimentando se conseguem detectar as falhas, reduzindo-as ao mínimo.

Ao mesmo tempo, impunha-se o treino dos homens para o serviço de campanha. Ora, a verdade é que a oficialidade portuguesa, naquela época, pouco ou quase nada sabia de guerra de trincheiras. Este facto foi determinante para o género de instrução ministrado em Tancos, durante as manobras. Fez-se treino de fogo com armas ligeiras, com peças de artilharia e grandes marchas a pé para aumentar a capacidade física dos homens.

A mobilização e concentração da *Divisão de Instrução* começou em Abril de 1916 e todo o treino foi dado por concluído a 22 de Julho. No polígono militar de Tancos ficaram instalados 19.867 instruídos (7.400 de Infantaria, 1.278 de Cavalaria, 702 de Artilharia, 506 de Engenharia e 181 de Administração Militar). Na altura considerou-se — apesar da laicidade do Governo republicano — um verdadeiro *milagre* ter-se conseguido mobilizar todos os meios e esforços para levar a efeito as manobras em Tancos. Foi como que o *exame de admissão* do Exército português para entrada no grupo das potências beligerantes. As tropas desfilaram na para da charneca de Montalvo perante o Presidente da República, o Governo e os adidos militares estrangeiros junto de Portugal.

Entretanto, enquanto decorriam os trabalhos de preparação das manobras da *Divisão de Instrução*, no Estado-Maior do Exército, faziam-se estudos sobre as possibilidades de efectivos a mandar para França. Começou por admitir-se a hipótese de formar um Corpo Expedicionário Português (CEP) com duas Divisões. No entanto, concluiu-se ser viável estender o empenhamento até quatro Divisões, ainda que, para a última faltassem equipamentos, peças de artilharia e carros para transportes vários. Ficou, por conseguinte, assente o envio inicial de duas Divisões organizadas segundo os princípios tácticos em vigor no Exército nacional. Mais tarde, dar-se-ia andamento à colocação das restantes.

Deve ter-se em conta o facto de, enquanto estes preparativos se faziam, a participação de Portugal na frente de batalha ainda ser, do ponto de vista militar, de alguma importância para a causa dos Aliados. A situação alterou-se em Fevereiro de 1917, quando houve o corte de relações diplomáticas entre a Alemanha e os Estados Unidos da América e o Governo de Washington decidiu fazer participar um grande

contingente militar na Europa — o pequeno auxílio, em homens, fornecido por Portugal ficou submerso sob a avalanche americana. Este foi, como mais à frente se verá, um factor a levar em conta para a desvalorização do contributo nacional.

Enquanto se procedia aos preparativos para treinar e aprontar o CEP, mandou-se a Londres uma comissão militar destinada a negociar os termos da participação portuguesa e das necessidades materiais que se contava poderem ser satisfeitas pelos Ingleses, já que haviam sido estes a convidar Portugal a entrar na guerra. Para que tudo ficasse regulado era necessário estabelecer uma Convenção entre os Estados-Maiores de ambos os países. As bases de negociação eram doze e passamos a enumerar as mais importantes:

a) O Governo britânico assumia o encargo de todo o transporte marítimo e terrestre, bem como a escolta necessária, da tropa portuguesa;

b) O CEP ficaria subordinado táctica e estrategicamente ao Estado-Maior britânico;

c) O comando de qualquer agrupamento militar anglo-luso seria sempre do oficial com maior graduação ou mais antigo;

d) Os vencimentos e pensões a liquidar aos militares portugueses seriam encargo do Governo de Lisboa;

e) Os abastecimentos de víveres e forragens seriam encargo do Governo britânico, cabendo ao Governo de Lisboa a obrigação de proceder ao re completamento do pessoal, animal e material, com excepção dos medicamentos, dos instrumentos cirúrgicos e dos produtos farmacêuticos;

f) Os doentes e feridos bem como o seu transporte desde a zona do serviço de saúde divisionário, no teatro de operações, até à retaguarda ficariam a cargo do Governo britânico;

g) O transporte de repatriamento do CEP, concluídas as operações militares, seriam encargo britânico.

Estas condições sofreram ligeiras alterações, tendo o Estado-Maior inglês concordado com o essencial.

Em Dezembro estavam preparadas e treinadas as tropas que deviam seguir para França quando Machado Santos — o oficial de Marinha a quem a República ficou a dever a vitória militar em 5 de Outubro de 1910 —, declarado opositor da participação de Portugal no conflito, se pôs à cabeça de um pronunciamento militar, visando

derrubar o Governo. No golpe estavam envolvidos muitos dos oficiais mobilizados para seguirem para a frente de combate, na Europa.

Este foi o primeiro revês do CEP que, de um instante para o outro, se viu decapitado de inúmeros responsáveis que foram presos e ficaram a aguardar o desenrolar das averiguações e dos julgamentos subsequentes.

À pressa teve de se proceder à substituições de oficiais treinados e conhecedores dos homens que comandavam por outros ainda não preparados e, acima de tudo, completamente desconhecidos dos seus subordinados. E deve ter-se em conta que, em campanha, é fundamental a confiança que se estabelece entre quem manda e quem é mandado.

Embarque, organização e treino

As tropas portuguesas começaram a embarcar para França nos primeiros dias de Janeiro de 1917, tendo desembarcado — Brest — sob temperaturas muito baixas, da ordem dos 20º negativos. Durante a viagem, foram comboiados por contratorpedeiros da Armada britânica, afim de evitar o ataque dos submarinos alemães.

Para o transporte o Governo de Londres pôs à disposição do Exército português sete navios, cujos nomes eram os seguintes: Bellerophon, Bohemian, City of Benares, Inventor, Rhesus, Laomedon e Flavia, que, com mais dois portugueses, o Gil Eanes e o Pedro Nunes, colocaram em França todo o CEP entre Fevereiro e Setembro de 1917. Posteriormente, até ao final do ano, só já houve dois navios, mas portugueses, que transportaram tropas para França (13 de Outubro e 20 de Novembro).

Em regra, a permanência no porto de desembarque não durava mais de dois dias até se organizar o comboio que transportava a tropa para a zona de concentração a cerca de 700 Km do porto de desembarque, em Aire-sur-la-Lys e Saint-Omer. Pode acrescentar-se que a viagem entre o porto marítimo e a zona dos acantonamentos durava cerca de 48 horas com raras paragens nos campos gelados do Norte da França.

Nas pacíficas aldeias da retaguarda, onde as primeiras unidades do CEP se reuniram, os soldados portugueses voltaram a ser vacinados contra o tifo e a varíola e ali receberam novo armamento para haver uniformidade de actuação com o Exército britânico sob cujas ordens iam servir. Sem qualquer sombra de dúvida, o melhor tempo que os Portugueses passaram em França foi aquele que viveram na área de concentração até entrarem em linhas, aí repousaram e aprenderam a fazer a guerra, do mesmo modo que aprenderam a dizer as palavras mais essenciais em francês e em inglês.

Organizaram-se escolas de esgrima de baioneta, de metralhadoras, de granadeiros, de gás — para aprendizagem no uso de máscaras e defesa dos bombardeamentos —, de observadores, de morteiros, de observação e patrulha, de telegrafia e de pioneiros. A instrução visava, por um lado, o aperfeiçoamento na utilização de certos armamentos e, por outro, fornecer treino físico e psíquico para enfrentar a acção que se seguiria.

A organização do CEP inicialmente obedeceu ao seguinte modelo: Comando do Corpo, três Brigadas de Infantaria integrando cada uma dois Regimentos compostos por três Batalhões. Foi assim que desembarcou em França e se preparava para entrar em linhas. Contudo, o chefe da missão militar britânica junto do Quartel General do Corpo sugeriu que, com algumas alterações orgânicas, a grande unidade portuguesa poderia ficar com uma estrutura exactamente igual à de um Corpo de Exército da *British Expeditionary Force* (BEF). Para tanto, bastava a mobilização de mais seis Batalhões de infantaria, extinguir o nível Regimento e subordinar as Brigadas às Divisões. Portugal passaria a ter um Corpo de Exército a duas Divisões em vez de uma Divisão reforçada. Mas foi mais longe a sugestão. O oficial britânico levantou a hipótese de se formar um Corpo de Artilharia Pesada para operar material britânico, ficando incorporado no Corpo de Exército, e constituírem-se Esquadrilhas aeronáuticas que tornariam a grande unidade verdadeiramente independente.

A ideia foi bem acolhida ao nível do Estado-Maior do CEP e, ainda no mês de Fevereiro, o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, primeiro comandante daquela força militar portuguesa, apresentava a proposta ao Ministério da Guerra, em Lisboa. O ministro, Norton de Matos, e o Governo aceitaram sem qualquer dúvida, tanto mais que, sabia-se, um Corpo de Exército tinha direito a enviar comunicados para a imprensa e uma Divisão não o podia fazer; aumentava-se, por conseguinte, o protagonismo nacional em terras de França. Esse era um dos mais importantes objectivos «diplomáticos» da participação de Portugal no conflito.

De início, quando a proposta foi apresentada ao *War Office*, houve da parte deste plena concordância, mas, muito provavelmente devido às informações desfavoráveis do Major-general Barnardinston, chefe da missão militar britânica em Lisboa, *Lord Derby*, ministro da Guerra britânico, já depois do mês de Maio, levantou uma série de dificuldades — primeiro quanto ao fornecimento de material de artilharia pesada, depois quanto à cedência de aviões e, finalmente, quanto à disponibilidade de navios para transporte das tropas constitutivas da 2.^a Divisão e respectivos navios de escolta. Foi necessário Norton de Matos visitar oficialmente Londres para que se

ultrapassassem algumas das limitações impostas. Curiosamente ainda está por averiguar o papel — de certo significativo — tido na política interna portuguesa, entre anos de 1916 a 1918, do general Barnardinston, evidente apoiante de Sidónio Pais aquando do golpe militar por este conduzido em Lisboa, em Dezembro de 1917.

Como resultado da aprovação da reforma orgânica do CEP a estrutura do Corpo de Exército Português ficou constituída da seguinte maneira: Um quartel general do Corpo; duas Divisões com os respectivos quartéis gerais. Cada Divisão integrava três Brigadas de infantaria (que foram numeradas de seguida de 1 até 6); cada Brigada tinha o seu quartel general. Quatro Batalhões de infantaria formavam uma Brigada (aqueles eram designados pelo número do Regimento, com sede em Portugal, donde provinham). Cada Brigada tinha, além dos quatro Batalhões de infantaria, uma Bateria de morteiros ligeiros de 7,5 (do tipo Stokes). Um Batalhão de infantaria possuía quatro Companhias e cada uma três pelotões a cinco secções (uma de agentes de ligação, uma de atiradores, uma de granadeiros de mão, uma de granadeiros de espingarda e uma de metralhadora ligeira — o efectivo total era de um oficial e 69 sargentos e praças). O número de metralhadoras ligeiras (Lewis) em cada Batalhão era de 16.

A artilharia foi, também, reorganizada de acordo com o novo tipo de ordem de batalha. Assim, formaram-se seis Grupos de Baterias de Artilharia (GBA), tendo cada Grupo três Baterias de peças de 7,5 cm e uma de obuses 11,4. O Corpo de Artilharia Pesada (CAP), que deveria integrar o Corpo de Exército Português, era composto por dois Grupos, cada um dos quais com três Baterias de obuses, respectivamente de 23,3 cm, 20,2 e 15,2. Os efectivos em homens do CAP eram de 123 oficiais e 2.446 sargentos e praças para guarnecer um total de 12 bocas de fogo.

O terreno e a batalha de La Lys

O troço de trincheiras escolhido pelo Comando Britânico para o CEP se instalar na frente ocidental situava-se na região do rio Lys, na Flandres francesa, numa extensão aproximada de 12 quilómetros, compreendida entre Armentières e Béthune. Era, segundo a experiência britânica, um sector calmo, se comparado com os outros.

O terreno é plano, alagadiço e, no Inverno torna-se lamacento. Devido a estas características as trincheiras não se conseguiam cavar muito profundas, tendo de ser feitas com sacos de terra que se punham à frente das valas para lhes dar protecção e altura.

O sistema defensivo do sector português organizava-se a traços largos, segundo o seguinte esquema: a chamada *1.ª linha* que se desdobrava em três fiadas de trincheiras — designadas por *A*, *B* e *C* —, a *linha intermédia* ou *Village Line* ou, também conhecida por, *Linha das Aldeias* e, finalmente a *2.ª linha de defesa* ou *linha de Corpo*.

A grande maioria do pessoal em serviço no C. E. P. (Infantaria, 35.631 homens e 9.622 de Artilharia) viveu — e morreu — junto das trincheiras, o mais à frente possível, na zona efectiva de combate. Esta era constituída por sucessivas linhas de defesa que se articulavam entre si (as mais à frente através de trincheiras de ligação) formando três zonas de retenção de possíveis ataques adversários. Em cada uma dessas zonas havia construções defensivas que iam desde o simples rolo de arame farpado até aos abrigos de betão (estes, naturalmente, situavam-se mais para trás das primeiras linhas).

Todas estas obras militares estavam implantadas no meio de quintas e aldeias destruídas ou semi-destruídas.

Ao nível da *linha intermédia*, que ficava sensivelmente a 3.000 metros para trás da *linha A*, já a vida desses aglomerados populacionais decorria com certa normalidade — a possível, em tais circunstâncias. A profundidade máxima do sistema defensivo rondava os 6 Km, para trás dos quais, no sector português, não havia mais tropas combatentes em reserva, porque todas as unidades estavam empenhadas na frente. Esta situação divergia da que ocorria nos sectores britânicos, já que neles o Corpo de Exército tinha três Divisões e, por conseguinte, na retaguarda das duas Divisões empenhadas estava a terceira, em repouso, constituindo reserva de toda a defesa. Esta era a grande vulnerabilidade do Corpo de Exército Português.

A situação na frente do sector português, durante o ano de 1917 — mais concretamente, entre Abril e Dezembro,— foi relativamente calma, isto é, não se verificaram operações de grande envergadura, nem de natureza ofensiva nem defensiva.

No início do ano de 1918 a situação foi-se alterando porque o Alto Comando alemão delineou um ataque que havia de ter lugar na Primavera e determinou que o esforço principal se efectuasse entre Arras e La Fère, na zona do Somme, onde se juntavam os Exércitos britânico e francês e que se lançassem pequenas ofensivas noutros pontos de modo a fixar as tropas inglesas, impossibilitando-as de ir em socorro da zona do Somme.

No dia 21 de Março, o Exército alemão deu início à ofensiva no Somme, a qual foi dificilmente contida e, a 25 de Março, o Alto Comando germânico numa clara

tentativa de fixar o esforço britânico noutra parte da frente de modo a conseguir reduzir a resistência na região Arras-La Fère, ordenou que se começasse a atacar entre Armentières e Béthune.

Desde os primeiros dias de Março, todo o sector português foi sendo flagelado pelos alemães com a clara intenção de fazer crer que era ali que iria incidir o ataque principal, isto é, antes mesmo do início da ofensiva no Somme já as tropas do CEP estavam a ser desgastadas pela usura da campanha. Comprovam a dureza desse tipo de ofensiva as baixas que se verificaram no mês de Março.

Como o ataque no Somme foi parado pelos aliados, o Alto Comando alemão, mantendo a pressão naquela zona da frente, ordenou que a ofensiva, que se estava a desenvolver na frente do sector português, meramente secundária e pouco importante para o andamento de toda a campanha, passasse à categoria de acção primária. É possível que os chefes militares alemães tenham escolhido aquele troço de trincheiras para desenvolver uma maior pressão sobre todo o sistema por ter detectado uma fraqueza muito grande nas tropas portuguesas e porque sabiam com exactidão a imensa falta de reforços naquela área da frente.

O Comando britânico não admitiu, mesmo tendo informações com alto teor de verosimilhança, que os Alemães lançassem um grande ataque sobre a região do Lys. Só vieram a aceitar essa hipótese já muito tarde, a 6 de Abril. Nesta data, foi determinado ao Comando português que retirasse a 1.ª Divisão do CEP para a retaguarda e deixasse ficar em primeira linha a 2.ª Divisão, teoricamente mais folgada.

Contudo — e a incoerência está neste facto —, mantinha-se a extensão de frente anterior, suprimindo o sector de Chapigny, que seria absorvido pelos que lhe eram contíguos. A frente portuguesa, até àquela data, esteve dividida em quatro sectores — Fermes du Bois, Neuve Chapelle, Chapigny e Fauquissart —, cabendo a defesa de cada um a uma Brigada; com a retirada da 1.ª Divisão, a frente foi dividida em três sectores, cabendo a defesa de cada um a uma Brigada, já que a 2.ª Divisão ficou constituída por quatro Brigadas (uma veio da 1.ª Divisão). No sector de Ferme du Bois ficou a 2.ª Brigada, no de Neuve Chapelle a 6.ª e no de Fauquissart ficou a 5.ª; a 4.ª Brigada era a reserva da Divisão.

Um facto novo, demonstrativo do desespero moral e do cansaço físico a que haviam chegado as tropas portuguesas depois do exaustivo mês de Março e da longa permanência em primeiras linhas, contribuiu para alterar o dispositivo defensivo da 2.ª Divisão: a insubordinação da 2.ª Brigada que deveria defender o sector de Ferme du

Bois. A redistribuição das unidades pela frente levou a que ficasse a 5.^a Brigada com a responsabilidade de defender esse sector, a 6.^a Brigada defendendo Neuve Chapelle, a 4.^a em Fauquissart e a 3.^a como reserva da Divisão.

Embora a 2.^a Divisão tenha sido reforçada, como se referiu, com uma Brigada integrante da 1.^a Divisão, o certo é que os efectivos ficaram, mesmo assim, muito reduzidos. Com efeito, se todas as baixas tivessem sido recompletadas em tempo devido, a 2.^a Divisão deveria ter 26.684 homens e só tinha, à data da batalha, 20.065, ou seja, faltava-lhe, em números aproximados, o efectivo de uma Brigada.

A acção corrosiva dos bombardeamentos alemães, que se fez sentir tanto ao nível das baixas como na impossibilidade de repousar ou de comer uma refeição quente, provocou uma tão notável quebra no moral dos combatentes que todos os comandantes de Batalhão o referiram nos relatórios que lhes foram pedidos no final do mês de Março. A Divisão não tinha hipóteses de resistir a mais do que um *raid* de grandes proporções. Esta situação só se tornou evidente para o comando britânico entre a noite de 7 e 8 de Abril, de tal modo que neste último dia foi dada ordem de rendição da 2.^a Divisão. Este movimento deveria ter início no dia 9. Contudo, era já muito tarde. A hora do sacrifício final dos Portugueses havia soado.

Com efeito, às 4h15 da madrugada desse mesmo dia 9 de Abril de 1918, de baixo de um intenso nevoeiro, os Alemães, utilizando uma táctica que tinha provado ser a mais conveniente numa guerra de posições, iniciaram o ataque de artilharia. Não se pode dizer que se tratava de uma simples *preparação de artilharia*, como é usual fazer antes de qualquer ataque da Infantaria; não pode, porque, numa frente de 15 Km, os Alemães haviam posto nada mais do que 1.500 bocas de fogo de grande calibre!

Um milhar e meio de bocas de fogo a disparar, numa frente de uma dezena e meia de quilómetros, impõe tanto terror como o terramoto mais temível que se possa imaginar; de noite, o céu aparece como se a aurora estivesse para despontar; no ar sibilam os projecteis de forma diferente, em concordância com os seus calibres; a terra revolve-se a cada impacto, abrindo crateras com mais de vinte metros de diâmetro e engolindo homens e armamento com tanta facilidade como as ondas do mar lambem a areia da praia. Sair desse inferno com vontade de combater, de vender cara a vida, é um verdadeiro milagre que só se pode explicar através da grande consciência de servir.

O bombardeamento, na sua fase inicial, não se concentrou na mesma região. Assim, começou por bater os pontos mais distantes à retaguarda com o claro intuito de cortar os contactos entre as tropas na frente e o Quartel General da Divisão.

Aumentando de intensidade e extensão, de imediato gerou a suposição, entre os Comandos portugueses, que se trataria da preparação de algum *raid* muito importante ou, mais provável, de um ataque sobre toda a frente da Divisão. Depois, foi progressivamente avançando em direcção à *linha B*, onde se fixou por volta das 6 horas da manhã até próximo das 8 horas, alongando-se, novamente para a retaguarda — *linha C* — para dar a oportunidade ao avanço das tropas de infantaria alemã.

Entre as 8 e as 9 horas começou o assalto da infantaria germânica, o qual se orientou, em especial, para os flancos, isto é, para as zonas de ligação das tropas portuguesas às tropas britânicas. Pelas 10 horas já não havia *linha A*, por ter sido completamente destruída, e os Alemães faziam fogo da terra de ninguém sobre as fracas resistências que encontravam; as tropas de infantaria, rastejando, estavam, por essa hora, a cerca de 40 metros dos poucos homens que ainda combatiam nas linhas portuguesas. Às 11 horas, em quase toda a frente, os Alemães ocupavam já a *linha B*. As unidades britânicas, que ligavam, nos flancos, com as portuguesas, cederam quase imediatamente.

Na zona central do sector português — subsector de Neuve Chapelle — os Alemães só começaram a atingir a *linha B* por volta das 10 horas, tendo o ataque sido frontal e iniciado por volta das 8 horas, embora o comando da Brigada tenha caído na posse do adversário pelas 14 horas e este tenha surgido pela retaguarda.

No subsector de Fauquissart — que ligava com tropas britânicas — pelas 10 horas já não havia resistência digna desse nome, porque o adversário ocupou rapidamente as primeiras linhas defensivas. Os soldados retiravam da frente de batalha em verdadeiro pânico independentemente das ordens dos oficiais, que queriam reuni-los para formarem uma força de oposição ao avanço germânico.

Toda esta situação resultou, em sínteses, da conjugação do bombardeamento das primeiras linhas com a cedência do sector britânico; o rápido envolvimento pela esquerda e o ataque frontal, possibilitaram que os Alemães atacassem o que restava do dispositivo de defesa pela retaguarda.

Depois de ultrapassada a *linha B*, não foi difícil aos Alemães progredirem rapidamente até à *linha C*, onde encontraram alguma rara oposição das tropas portuguesas, nomeadamente, em La Coutoure, onde parte dos Batalhões de Infantaria n.º 13 e 15 resistiram, com um Batalhão inglês, até às 11h30 do dia 10 de Abril e, depois, mais distante, na ribeira do Lawe.

A avalanche alemã era constituída por 8 Divisões de Infantaria em primeira linha, outras 4 que estavam em apoio e mais 7 em reserva. Tem-se, por conseguinte, 19 Divisões alemãs mobilizadas contra o sector português; não era possível resistir e, por isso, toda a frente teve de recuar, só se conseguindo travar o avanço germânico no dia 30 de Abril.

Embora a História não se deva constituir em tribunal, não se pode culpar os Portugueses por terem cedido perante uma força muitíssimo superior. A 2.^a Divisão do CEP com os efectivos completos, com reservas convenientes e repousadas, o resultado teria sido sempre o mesmo, porque os Alemães empenharam-se a fundo, tendo como objectivo levar por diante os Ingleses até ao mar. É verdade que o Governo de Sidónio Pais votou o CEP ao mais completo abandono, cedendo às exigências britânicas sem lhes opor a menor resistência diplomática; é verdade que Sidónio Pais não compreendeu ou não quis compreender a importância da presença nacional no teatro de guerra europeu; mas, acima de tudo, é verdade que, nas mesmas circunstâncias, se no lugar dos Portugueses estivessem Ingleses também eles teriam sofrido derrota semelhante.

Um sacrifício com finalidade

A Batalha do Lys representou, de facto, o sacrifício de Portugal no altar das polémicas europeias. Se é certo que o Governo nacional tinha motivações próprias e específicas para querer ver-se envolvido na guerra, não é menos verdade que esse envolvimento configurava uma aproximação às grandes questões que atormentavam a Europa.

Os republicanos adeptos da beligerância tinham bem presente as lições que se podiam colher da atitude hesitante e pouco vertical de D. João perante o conflito que havia posto o continente a ferro e fogo, no começo do século XIX; não queriam, no fim da guerra, um Portugal fora da Europa, dependente de uma aliança que não controlavam e sujeito às arbitrariedades das grandes potências continentais.

La Lys foi um acto diplomático, antes de ter sido uma batalha e, como instrumento político, não foi uma derrota; a pequena República portuguesa viu surgir, depois da paz, outras Repúblicas na Europa, facto que consagrou e consolidou o regime de Lisboa; a Espanha perdeu, quase para sempre, as suas pretensões hegemónicas; as colónias africanas ficaram a aguardar que os «ventos da História» levassem Portugal a cumprir a sua vocação centenária — dar ao mundo novos mundos.

Numa perspectiva militar, e só nessa, Portugal sofreu uma pesadíssima derrota na última batalha campal em que esteve presente, contudo esse resultado não afecta o orgulho e a honra dos militares, porque foi uma derrota face a um adversário poderoso e em circunstâncias políticas que só por milagre não teria acontecido o que, de facto, aconteceu. A modernidade, de 1916 a 1918, teve um preço pago pelos soldados anónimos que deram a vida e por todos os que ousadamente a arriscaram para Portugal se manter soberano e íntegro na Europa e no mundo. A beligerância nacional foi, de facto, segundo a perspectiva de Clausewitz, «a mera continuação, por outros meios, da política».

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AAVV — *Portugal Grande Guerra*, (fascículos) Lisboa, Diário de Notícias, 2003.

Fraga, Luís Alves de — *O Fim da Ambiguidade. Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001.

— *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França. 1917 – 1918*, Lisboa, Prefácio, 2003.

— «Os Combates da Infantaria Portuguesa em França — 1917-1918» in *Actas do VI Colóquio de História Militar - Portugal na História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1995, pp. 173-202.

— «Portugal na Grande Guerra. O General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva – I» in *Anais — Série História*, vol. II, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1995, pp. 207-224.

«Portugal e a Primeira Guerra Mundial» in *Janus 99-2000 Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 72-73.

«Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o Roulement nas Frentes de Combate. Factos e Números» in *Actas do VII Colóquio de História Militar – O Recrutamento Militar em Portugal*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1996, pp. 97-135.

Medina, João (Coord.) — «*Guerristas*» e «*Antiguerristas*», Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

— *História Contemporânea de Portugal* (Dir.), tomo
II, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985.